

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A proibição do financiamento público da tauromaquia tem sido um dos objetivos do Bloco de Esquerda e dos movimentos pelos direitos dos animais. Essa pretensão deu também origem a uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos discutida na Assembleia da República em julho de 2020. Consideravam então os peticionários que “É entendimento dessa massa que se opõe a estes espetáculos que o facto de se tratar de uma atividade tradicional em alguns locais não se deve sobrepor ao nível de sofrimento que esta provoca aos animais. A rejeição da maioria da população a estes eventos não é meramente emocional, mas sim devidamente apoiada e justificada pela ciência, que comprova a veracidade da angústia provocada aos animais”

Não se entende que o Estado atue em contrariedade à evidência científica que desaconselha estes atos e continue a financiar estas iniciativas. Mais incompreensível ainda é que o faça ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, um programa de financiamento europeu destinado à recuperação económica e investimento público no Estado Social após a pandemia.

Apesar disso, a Câmara Municipal de Alcochete assinou um contrato para a compra de cerca de 600 bilhetes para corridas de touros, no valor de mais de 12 mil euros, com a empresa Toiros e Tauromaquia. Datado de 3 de Março de 2023, o contrato foi adjudicado por ajuste direto, tendo por “objecto principal a aquisição do serviço de eventos tauromáquicos”, no âmbito do “PRR (...) – Eixo da Saúde”.

Questionado pela comunicação social, o Ministério da Coesão Territorial não esclareceu se os eventos tauromáquicos podem ser considerados iniciativas de promoção do envelhecimento saudável e se enquadram os critérios de utilização de verbas do PRR. O gabinete da ministra remeteu esclarecimentos para a Estrutura de Missão Recuperar Portugal – que tem o objetivo de negociar, contratualizar e monitorizar a execução do PRR.

O Bloco de Esquerda considera que o recurso a fundos do PRR para o financiamento de touradas é abusivo e injustificado.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Coesão Territorial, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Considera que a aquisição de bilhetes para eventos tauromáquicos pode ser enquadrada no Eixo da Saúde do PRR?
3. Considera tomar medidas para limitar o uso do PRR para o financiamento de eventos tauromáquicos?

Palácio de São Bento, 17 de abril de 2023

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)